

Arruda Negócios e Participações S/A.

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Março de 2026



CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS

CONTEÚDO

<u>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	<u>3</u>
--	----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

<u>BALANÇO PATRIMONIAL</u>	<u>7</u>
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>	<u>8</u>
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</u>	<u>9</u>
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....</u>	<u>10</u>
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	 11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
ARRUDA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

Opinião com Ressalvas

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais da Arruda Negócios e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Bases para Opinião com ressalvas", as Demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arruda Negócios e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para Opinião com ressalvas

1. Conforme descrito na Nota explicativa nº 7, a Companhia possui investimento relevante na Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., onde também exerce influência significativa e controle. A Administração optou por não preparar as Demonstrações financeiras consolidadas conforme requerido pela *NBC TG 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas*. Consequentemente, não estão sendo apresentados os efeitos patrimoniais e financeiros consolidados do grupo econômico ao qual a Sociedade faz parte.

2. A Companhia possui investimento na Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., cujas Demonstrações contábeis desta investida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentou ativos totais de R\$328 milhões, dos quais R\$113 milhões referem-se a Estoques, Patrimônio líquido de R\$114 milhões e Lucro líquido do exercício de R\$58 milhões. As Demonstrações contábeis dessa investida foram auditadas por nós, cujo relatório de Opinião emitido em 15 de agosto de 2025 conteve ressalva quanto a limitação por não acompanhamento de inventário físico dos estoques, uma vez que a contagem deste ativo não foi procedida por aquela Sociedade e para os quais não tivemos conhecimento da necessidade de ajuste no saldo contábil. Consequentemente as Demonstrações financeiras da Companhia, podem estar afetados por eventuais ajustes da sua investida, caso exista.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalvas.

Ênfase

As Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 da investida Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda. foram auditadas por nós cujo relatório de Opinião emitido em 15 de agosto de 2025 conteve parágrafo de Ênfase descrevendo que a investida auferiu Receita com Subvenção de R\$49 milhões decorrente do Regime de Tributação Especial do ICMS, contabilizada na forma da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais. Tendo em vista a relevância dessa receita na geração do lucro líquido daquela Sociedade e as limitações para seu uso, a leitura das Demonstrações contábeis de 2024 da Companhia e o entendimento das operações de sua investida devem levar em conta os benefícios econômicos gerados pela Subvenção, bem como o resultado operacional se desconsiderado este benefício fiscal. Este assunto não modifica a nossa Opinião.

Outro assunto

As Demonstrações financeiras individuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório em 08 de agosto de 2024 contendo ressalvas sobre os mesmos assuntos descritos na sessão acima intitulada "Bases para Opinião com ressalvas". Ademais, descrevemos no relatório o mesmo assunto citado na seção "Ênfase" acima.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

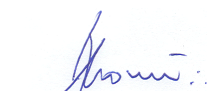
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2026.



TEIXEIRA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20



Adriano Rezende Thomé

Sócio Contador
CRC-MG 77.874/O-6

Arruda Participações e Negócios S.A.
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	R\$ Mil		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	R\$ Mil	
		31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.621	243	Obrigações sociais		91	76
Contas a receber de partes relacionadas	6	24.447	22.284	Obrigações tributárias		100	14
Outros ativos circulantes		61	7	Obrigações com os acionistas	8	22.428	18.000
		26.129	22.534			22.619	18.090
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Contas a receber de partes relacionadas	6	2.461	3.811	Capital social	9.1	22.120	22.120
Investimentos	7	89.295	61.590	Reserva de lucros	9.2	73.146	47.725
		91.756	65.401			95.266	69.845
TOTAL DO ATIVO		117.885	87.935	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.885	87.935

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração do Resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

		R\$ Mil	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	7	46.705	47.357
Despesas Gerais e Administrativas	10	(1.158)	(1.072)
Despesas tributárias		(121)	-
		45.426	46.285
LUCRO OPERACIONAL		45.426	46.285
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(1.316)	(5)
Receitas financeiras		1.311	-
		(5)	(5)
LUCRO ANTES DO IRE CS		45.421	46.280
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		45.421	46.280

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Reapresentado)	22.120	3.740	2.891	-	28.751
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	46.280	46.280
Constituição/absorção de reserva especial	-	-	45.596	(45.596)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(5.186)	-	(5.186)
Constituição da reserva legal	-	684	-	(684)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	22.120	4.424	43.301	-	69.845
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	45.421	45.421
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Constituição/absorção de reserva especial	-	-	45.421	(45.421)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	22.120	4.424	68.722	-	95.266

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

Arruda Participações e Negócios S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais

		R\$ Mil	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		45.421	46.280
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
- Resultado de equivalência patrimonial	7	(46.705)	(47.357)
- Outros			-
Geração Operacional		(1.284)	(1.077)
(Aumento) no Ativo			
Outros ativos circulantes		(54)	-
(Redução) no Passivo			
Obrigações sociais		15	10
Obrigações tributárias		86	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.237)	(1.065)
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos	6.1	19.300	15.460
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		19.300	15.460
3) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obrigações pagas a acionistas	8	(16.685)	(14.306)
		(16.685)	(14.306)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.378	89
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		243	154
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.621	243
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.378	89

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arruda Negócios e Participações S/A (Sociedade ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rodovia Dolores de Campos/Barroso, s/n, Km2, sala 1, bairro/distrito Dolores de Campos, na cidade de Dolores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 34.719.250/0001-06 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3121144525-3, tem por objeto social a administração e participação no capital de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A sociedade iniciou suas atividades em 30/08/2019.

As principais atividades desenvolvidas por meio da sociedade controlada são:

a) Controlada

Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda. (Marluvas ou investida): É uma sociedade empresária limitada, sediada à Rodovia Dolores de Campos/Barroso, s/n, Km 2, bairro/distrito Dolores de Campos, na cidade de Dolores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.653.054/0001-84 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3120051252-3, tem por objeto social: i) Fabricação de calçados, incluindo a respectiva montagem e acabamento e o "corte e costura de cabedais"; de equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (ii) Comércio por atacado e varejo de calçados, laminados, vaquetas, solas, tachas, raspas, equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (iii) Importação de matérias-primas para confecção de calçados tais como couro, microfibra, polioli, resina, isocianato, pré-polímero, cola, bico, palmilha e outros acessórios para calçados; (iv) Importação de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI); (v) Exportação de calçados e acessórios e equipamentos de proteção individual (EPI), seja por conta própria ou de terceiros; (vi) Depósito Fechado e (vii) Centro de distribuição de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de elaboração e Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), exceto quanto à NBC TG 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, que rege a respeito da necessidade da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas quando a Sociedade é controladora ou exerce influência significativa em um investida. Por motivos específicos da administração da Companhia, não foi de interesse desta a apresentação consolidada de sua controlada.

A Sociedade não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme seria requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Arruda Negócios e Participações S.A.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas Demonstrações contábeis da Sociedade foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2026.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

a) Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e estão demonstradas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios, ou seja, a receita é reconhecida quando da prestação dos serviços correlatos, produtos vendidos e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente se recebidos ou pagos. As receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Sociedade opera e gera receita tributável. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

e) Continuidade operacional

A Sociedade preparou as suas Demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional, não existindo qualquer indicativo de descontinuidade de suas operações, em especial na Marluvas Equipamentos de Segurança Limitada, de onde se originam os principais ativos e receita da Companhia.

f) Investimentos

Os investimentos da Sociedade em sua Controlada, a Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base nesse critério, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelas variações na participação do Sociedade no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. A Demonstração do resultado reflete a participação do Sociedade nos resultados operacionais da controlada. A investida tem sido capaz de preservar os pagamentos regulares de distribuição de lucros e juros sobre capital próprio, manter um perfil de dívida adequado às suas atividades.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação de suas políticas contábeis, afetando os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de contingências ativas e passivas.

As estimativas e premissas utilizadas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente, sendo registradas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de resultar em ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão descritas a seguir:

(i) Redução ao valor recuperável de investimentos em participações societárias

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, ou sempre que existam indícios de perda por desvalorização, a recuperabilidade de seus investimentos em controladas, coligadas e outros investimentos avaliados ao custo. A análise de recuperabilidade considera, entre outros fatores, o desempenho econômico-financeiro das investidas, projeções de fluxos de caixa futuros, taxa de desconto aplicável e condições de mercado. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Caso o valor contábil do investimento exceda seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no resultado do período.

(ii) Perda de crédito esperada de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, aplicações financeiras (tais como certificados de depósito bancário – CDB), dividendos a receber, mútuos com partes relacionadas e outros créditos. Esses ativos são mensurados, em sua maioria, ao custo amortizado e estão sujeitos ao reconhecimento de perdas de crédito esperadas, conforme requerido pelo IFRS 9. A mensuração das perdas de crédito esperadas envolve julgamento significativo da Administração, incluindo a avaliação do risco de crédito das contrapartes, probabilidade de inadimplência, perda dada a inadimplência e exposição no momento do default, bem como a incorporação de informações prospectivas e condições macroeconômicas.

(iii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio adotado pela Companhia e das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos.

A Administração exerce julgamento na definição do modelo de negócio aplicável aos ativos financeiros, determinando se estes são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, o que pode impactar significativamente os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é determinado com base em preços cotados em mercados ativos, quando disponíveis. Na ausência de mercados ativos, o valor justo é

Arruda Negócios e Participações S.A.

estimado por meio de técnicas de avaliação que incluem o uso de dados observáveis de mercado sempre que possível, ou, na sua ausência, dados não observáveis. A Administração exerce julgamento na seleção das metodologias e premissas utilizadas na mensuração do valor justo, incluindo taxas de desconto, curvas de juros e outros inputs relevantes.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Sociedade para a gestão de seus ativos financeiros e das características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos e a Sociedade transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são apresentados por categoria como segue:

	R\$ Mil	
ATIVOS FINANCEIROS	31/12/2024	31/12/2023
Mensurado ao valor justo por meio de resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.621	243
Mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de partes relacionadas (CP e LP)	26.908	26.095
	28.529	26.338
PASSIVOS FINANCEIROS		
	31/12/2024	31/12/2023
Mensurados ao custo amortizado		
Obrigações sociais	91	76
Obrigações tributárias	100	14
Obrigações com os acionistas	22.428	18.000
	22.619	18.090

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são descritos por categoria como segue:

Ativos financeiros

(a) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Sociedade com o objetivo de receber seus fluxos de caixa contratuais, cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de

Arruda Negócios e Participações S.A.

caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, e suas variações são reconhecidas no resultado do período como receitas ou despesas financeiras.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando não atendem aos critérios para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou quando designados nessa categoria no reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

(c) Perda de crédito esperada de ativos financeiros

A Sociedade reconhece perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, conforme requerido pela IFRS 9.

A mensuração das perdas de crédito esperadas é realizada com base em modelo prospectivo, considerando a probabilidade de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a exposição no momento do default, bem como informações prospectivas e condições econômicas futuras. Para contas a receber e outros ativos financeiros de curto prazo, a Sociedade adota, quando aplicável, a abordagem simplificada prevista na norma.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Sociedade não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado.

6. Contas a receber de partes relacionadas

	Nota	R\$ Mil	
		31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber curto prazo	6.1	20.250	19.200
Venda de ações	6.2	3.084	3.084
Juros sobre Capital próprio		1.113	-
		24.447	22.284
Dividendos a receber longo prazo	6.1	2.461	3.811
		26.908	26.095

Arruda Negócios e Participações S.A.

6.1) Dividendos a receber curto e longo prazo

Os dividendos a receber de curto e longo prazo de R\$ 22.711 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 23.011 mil em 31 de dezembro de 2023) estão relacionados à parcela de Lucro a ser recebida por sua participação no capital da Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Do saldo registrado em 2024, a expectativa da administração é de recebimento de R\$19 milhões a curto prazo e o restante a longo prazo, ou seja, R\$ 3.711 mil após 31 de dezembro de 2024. A movimentação desta conta é assim demonstrada:

	R\$ Mil
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.667
Dividendos a receber	4.804
Recebimento de dividendos	(15.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.011
Dividendos a receber	19.000
Recebimento de dividendos	(19.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.711

6.2) Venda de ações

A Administração da Companhia alienou 3.084.380 quotas de sua participação na investida, operação que deu origem ao respectivos contas a receber. Em decorrência dessa transação, a participação societária da Companhia na investida foi reduzida para 80% do capital social, em comparação aos 92,98% detidos em 31 de dezembro de 2022.

O adquirente das referidas quotas é parte relacionada, representada pelo sócio majoritário da Companhia.

7. Investimentos

Refere-se ao investimento na Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda, sobre o qual a Sociedade exerce influência significativa e controle. A movimentação do Investimento é assim demonstrada:

	R\$ Mil
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22.121
Dividendos a serem distribuídos	(4.804)
Venda de cotas da investida	(3.084)
Resultado de equivalência patrimonial	47.357
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.590
Dividendos a serem distribuídos	(19.000)
Resultado de equivalência patrimonial	46.705
Saldo em 31 de dezembro de 2024	89.295

Arruda Negócios e Participações S.A.

8. Obrigações com acionistas

Em 2023, os acionistas da Companhia aprovaram através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$18.000 mil, originários das reservas de lucros apurados até o exercício de 2022. Neste montante, foram creditados Distribuição de Lucros e Juros sobre Capital Próprio – JCP, nos valores de 20.000 mil e 1.113 mil respectivamente, e do montante foi distribuído R\$16.685 mil. O saldo remanescente dos dividendos a pagar será distribuído ao longo de 2025

A composição é a seguinte:

	R\$ Mil
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.120
Reconhecimento de saldo a distribuir	5.186
Pagamentos incorridos	(14.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.000
Reconhecimento de saldo a distribuir	20.000
Reconhecimento de JCP	1.113
Pagamentos incorridos	(16.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.428

9. Patrimônio líquido

9.1 - Capital social

O capital social da Sociedade está composto 22.119.545 ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (um real) cada. O capital está dividido da seguinte forma:

Capital Social	Quotas	Capital Social	Participação
Sócio Majoritário 1	22.119.345	22.119	99,9991%
Sócio Majoritário 2	100	0,5	0,0005%
Sócio Majoritário 3	100	0,5	0,0005%
	22.119.545	22.120	100%

9.2 - Reserva de lucros

As Reservas de Lucros estão divididas em:

a) Reserva Legal

Constituída a base de 5% do lucro apurado no exercício, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R\$4.424 mil (31/12/2023 – R\$ 4.424 mil)

b) Reserva especial

Conforme definido na Ata mencionada na nota explicativa nº 8, o lucro apurado do exercício de 2024 e 2023 foi destinado para constituição da reserva especial conforme regido pelo artigo 202, §4º e §5º da lei 6.404/1976. O saldo desta reserva especial em 31 de dezembro de 2024 é de R\$68.722 mil (31/12/2023 – R\$43.301 mil).

Arruda Negócios e Participações S.A.

10. Despesas gerais e administrativas

	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal		
Remuneração dos dirigentes	908	830
Previdência social	182	166
	1.090	996
Despesas diversas	68	76
	1.158	1.072

11. Partes relacionadas

A Sociedade é controladora de investimentos em participações societárias e realiza transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, incluindo operações com suas investidas e acionistas.

As principais partes relacionadas da Sociedade são compostas por:

- Empresas investidas (controladas e/ou coligadas)
- Acionistas
- Pessoal-chave da Administração

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições acordadas entre as partes.

(a) Saldos com partes relacionadas

Descrição	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de empresas investidas	23.824	23.011
Valores a receber de partes relacionadas	3.084	3.084
Valores a pagar a acionistas	(22.428)	(18.000)

Os valores a receber de empresas investidas referem-se, substancialmente, a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

Os valores a receber de partes relacionadas referem-se, principalmente, a outros valores a receber, não havendo garantias associadas.

Os valores a pagar a acionistas referem-se a dividendos a pagar.

Arruda Negócios e Participações S.A.

(b) Transações com partes relacionadas

Descrição	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Recebimentos de empresas investidas	19.300	15.460
Pagamentos a acionistas	(16.685)	(14.306)

As transações com partes relacionadas incluem, substancialmente, recebimento de dividendos de investidas e pagamento de dividendos aos acionistas.

(c) Resultado de participações societárias

Descrição	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de equivalência patrimonial	46.705	47.357

O resultado de equivalência patrimonial refere-se à participação da Sociedade nos resultados de suas investidas, reconhecido conforme as normas contábeis aplicáveis.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Sociedade.

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada a seguir:

Descrição	R\$ Mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração dos dirigentes	908	830
Previdência social	182	166
	1.090	996

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada pelo Conselho de Administração ou pelos acionistas, conforme aplicável, e considera o desempenho individual e da Sociedade.

(e) Condições das transações

As transações com partes relacionadas são realizadas sem garantias e não estão sujeitas a encargos financeiros, exceto quando formalmente acordado entre as partes.

A Administração entende que as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado, quando aplicável.

12. Gestão de riscos

a) Risco de liquidez

É o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento deste risco é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade possua os recursos necessários para liquidar seus passivos nas datas de vencimento. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que realiza o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. Como o principal crédito decorrer de recebíveis em empresa investida e sobre a qual possui influência significativa, a gestão deste risco é controlado pela Administração e conjunto com os acionistas.

c) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia não está exposta a este risco.

d) Risco de juros

A sociedade não possui instrumentos financeiros passivos com agentes externos, sendo o passivo de maior relevância senso as obrigações com dividendos a pagar. Portanto, não há exposição deste risco.

e) Risco regulatório

A Companhia não está exposta a risco regulatório.

13. Revisão tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que institui a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil, com o objetivo de simplificar a tributação, reduzir a cumulatividade e harmonizar a legislação aplicável.

A referida reforma estabelece a substituição gradual dos tributos incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, COFINS, ICMS e ISS, por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), com finalidade predominantemente extrafiscal.

A implementação do novo sistema tributário ocorrerá de forma escalonada, com início previsto para 2026 e período de transição até 2033, conforme cronograma estabelecido na Emenda Constitucional e nas regulamentações subsequentes. As disposições específicas relacionadas à apuração, creditamento, regimes diferenciados e definição de alíquotas efetivas estão sendo estabelecidas por meio de leis complementares e regulamentações infralegais, algumas já aprovadas e outras ainda em fase de discussão.

Arruda Negócios e Participações S.A.

A Sociedade, caracterizada como holding pura, possui atividades preponderantemente relacionadas à participação em outras sociedades e à gestão de investimentos, não exercendo atividades operacionais sujeitas diretamente à incidência relevante de tributos sobre consumo. Dessa forma, a Administração entende que os impactos diretos da reforma tributária sobre suas operações tendem a ser limitados. No entanto, a Sociedade poderá ser indiretamente impactada pelas mudanças no ambiente tributário das entidades investidas, cujos efeitos poderão se refletir em seus resultados por meio da equivalência patrimonial e da distribuição de dividendos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados impactos relevantes na apuração dos tributos correntes da Sociedade.

Considerando o estágio atual de regulamentação, bem como as incertezas ainda existentes quanto às alíquotas efetivas, regimes específicos e interpretações normativas, a Administração não é capaz, neste momento, de estimar de forma confiável os impactos futuros da reforma tributária sobre suas demonstrações financeiras.

A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável e avaliará oportunamente os efeitos decorrentes da implementação do novo sistema tributário.

Antônio Marcelo Arruda
Diretor Presidente

Fernanda Letícia Aliani Cardoso
Contadora: CRC-MG 119378
